



Sindicato dos Oficiais de Justiça

EMBATE

Governo congela negociações de carreiras especiais da AP

A principal justificação levantada pela Administração Pública: “exclusivamente financeiras”, mesmo que as reivindicações dos sectores continuem a traduzir outro conteúdo, o da valorização profissional

Do SOJ

Os mais de 30 mil trabalhadores que configuram carreiras especiais de Administração Pública em todo o país receberam com descontentamento a má notícia por parte do Governo: a intenção de congelar, por tempo incerto, todos os processos da revisão das suas carreiras.

A razão que justifica tal medida é de carácter exclusivamente financeiro, como alega o Secretário de Estado da AP, Castilho dos Santos. Razão esta que causou uma certa estranheza por parte dos representantes dos sectores profissionais atingidos, uma vez que as propostas feitas traduzem a perspectiva de valorização profissional, bem como a vontade de contribuir para a resolução dos problemas da AP. Leia-se, portanto: negociação da revisão das carreiras especiais. Cargos que representam funções nucleares, com níveis de exigência superiores a outras funções públicas do Estado.

Para o SOJ, a decisão de bloquear ou suspender as negociações resulta em processos de degradação sucessiva do enquadramento e organização dos recursos humanos. Como elucida o presidente da direcção do SOJ, Carlos Almeida: “Se nada for feito, as consequências poderão ser desastrosas para a qualidade desejável dos serviços públicos”.

Diante do forte impacto futuro desta decisão a diversos sectores profissionais, o SOJ, em conjunto com outros sindicatos com forte representatividade no país, como o Sindicato das Ciências e Tecnologia da Saúde, Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Sindite e o Sindicato Nacional das Polícias Municipais, em reunião realizada no dia 16 de Fevereiro, decidiram pedir audiência ao Presidente da República Cavaco Silva, o Primeiro-Ministro José Sócrates e o Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, o deputado Ramos Preto, a fim de denunciar a decisão do congelamento.

Durante a reunião realizada nas instalações do SCTS, em Lisboa, foram levantados pontos relevantes, tais como o entendimento equivocado, por parte do Governo, de que nas negociações estavam em causa prioridades determinadas por factores de ordem financeira; a falta de comunicação e diálogo institucional entre Governo e os sindicatos, silenciamento este que, por sua vez, abala os pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático Português; e a busca por um processo de inclusão das organizações representativas dos trabalhadores nas decisões de âmbito nacional.

A revisão do congelamento das negociações é latente e urgente. Caso a decisão por parte do Governo persista, serão mais de 30 mil trabalhadores - membros de funções fundamentais para o equilíbrio da esfera pública, incluindo oficiais de justiça, diplomatas, alfandegas, diagnóstico e terapêutica, investigação, impostos, polícias municipais e guardas prisionais – em condições degradantes de trabalho.

Artigo Escrito por Juliana Mello